



PARECER ÚNICO RECURSO Nº 300/2017

Auto de Infração nº: 96396/2016	Processo CAP nº: 455553/17
Auto de Fiscalização/BO nº: 33366/2016	Data: 09/09/2016
Embasamento Legal: Decreto 44.844/2008, Art. 83, anexo I, código 106	

Autuado: Luiz Gonzaga Amaral Ferraz	CNPJ / CPF: 149.218.398-91
Município: Paracatu/MG	

EQUIPE INTERDISCIPLINAR	MA SP	ASSINATURA
Giselle Borges Alves Gestora Ambiental com formação jurídica	1402076-2	Original assinado
De acordo: Renata Alves dos Santos Coordenadora do Núcleo de Autos de Infração	1364404-2	Original assinado
De acordo: Sérgio Nascimento Moreira Diretor Regional de Fiscalização Ambiental	1380348-1	Original assinado
De acordo: Rodrigo Teixeira de Oliveira Diretor Regional de Controle Processual	1138311-4	Original assinado

1. RELATÓRIO

Em 09 de setembro de 2016 foi lavrado pelo Núcleo Regional de Fiscalização Ambiental o Auto de Infração nº 96396/2016, que contempla as penalidades de MULTA SIMPLES, no valor de R\$ 16.616,27 e SUSPENSÃO DAS ATIVIDADES, por ter sido constatada a prática da seguinte irregularidade:

“Operar atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, culturas anuais em aproximadamente 800 ha, sem a devida licença, não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental” (Auto de Infração nº 96396/2016)

Em 17 de julho de 2017, a defesa apresentada foi decidida pela Superintendência Regional de Meio Ambiente, sendo mantidas as penalidades de multas simples e suspensão das atividades.

O Autuado foi devidamente notificado de tal decisão e apresentou recurso, protocolado dentro do prazo de 30 (trinta) dias previsto pelo art. 43, do Decreto Estadual nº 44.844/2008, portanto tempestivo, no qual alega, em síntese, o seguinte:

- 1.1. Contesta a inexistência de obediência ao prazo estabelecido pelo art. 36 da Lei nº 14184/2002, referente a alegações finais, afirmando a agressão ao devido processo legal administrativo com não-observância dos princípios da ampla defesa e do contraditório;
- 1.2. Não existe comprovação no processo dos atos administrativos exarados, como a conclusão para caracterização do fim da instrução processual, nos termos do artigo 34, §4º do Decreto 44.844/2008; bem como que o autuado não tem como saber se o processo encerrou a instrução em razão da desobediência ao prazo estabelecido no art. 47 da Lei 14184/2002;



- 1.3. Alega incompetência e ausência de comprovação do convênio entre SEMAD E PM; questionou a ausência de juntada aos autos do documento referente ao convênio;
- 1.4. A notificação não foi enviada ao endereço do autuado, o que tornaria o processo nulo;
- 1.5. A área indicada no auto de infração como área plantada (800ha) não corresponde a área real de plantio, tendo em vista que as fotos constantes do processo não seriam capazes de delinear toda a extensão da área; assim, a constatação teria sido superficial. Requereu perícia para avaliação da área plantada pelo empreendedor.
- 1.6. Que o empreendimento possui AAF válida e que à época não havia plantio em todos os 800ha informados no auto de infração. Requereu a manutenção da AAF;
- 1.7. Inexistência de dosimetria da penalidade aplicada, em razão de não terem sido observados os requisitos impostos pela Lei 9605/1998 e pelo Decreto 6514/2008;
- 1.8. Aplicação das atenuantes das alíneas “e” e “f” do art. 68 do Decreto Estadual nº 44.844/2008;
- 1.9. Erro na descrição da infração, pois há a indicação do texto normativo e não da infração, o que invalidaria o Auto de Infração.

2. FUNDAMENTO

Os argumentos apresentados no recurso são desprovidos de quaisquer fundamentos técnicos ou jurídicos capazes de descaracterizar o Auto de Infração em questão. Não obstante, consideramos oportuno tecer as seguintes considerações:

2.1. Da alegação de ausência de alegações finais

O recorrente contesta a não observância do prazo estabelecido pelo art. 36, da Lei nº 14184/2002, referente a alegações finais, afirmando agressão ao devido processo legal administrativo e aos princípios da ampla defesa e do contraditório. Entretanto, não possui razão o recorrente.

Quanto à afirmação de ausência de intimação para alegações finais no processo administrativo, o que iria de encontro com o artigo 36 da Lei Estadual nº 14.184/2002, também carece de amparo jurídico a alegação realizada, pois, a norma específica que rege os procedimentos administrativos relativos à fiscalização e aplicação de penalidades por infrações ambientais é o Decreto Estadual nº 44.844/2008, onde não há previsão normativa para apresentação de alegações finais.

Também inexistente qualquer agressão ao princípio do devido processo legal administrativo e aos princípios da ampla defesa e do contraditório, estando integralmente regular a tramitação do referido processo administrativo, com total obediência a legislação ambiental vigente.

2.2. Da alegação de vício por ausência de indicação da finalização da instrução processual

De acordo com o recorrente, não existe comprovação no processo dos atos administrativos exarados, como o ato de conclusão para caracterização do fim da instrução processual, nos termos do artigo 34, § 4º, do Decreto nº 44.844/2008. Afirma também que recorrente não teve como saber se o processo encerrou a instrução, em razão da desobediência ao prazo estabelecido no art. 47, da Lei nº 14.184/2002. Sem razão, mais uma vez, o recorrente.

Todo o procedimento relativo à aplicação de penalidade, bem como todos os atos processuais necessários ao correto encadeamento do processo administrativo ambiental, se



encontram previstos no Decreto Estadual nº 44.844/2008. Neste sentido, inexistente qualquer previsão do “ato de conclusão” do processo à autoridade administrativa – situação típica do processo de natureza judicial, para caracterização de finalização da instrução probatória, conforme tenta argumentar o recorrente.

Frise-se que as regras processuais de âmbito judicial e administrativo são diversas em estrutura, primando o processo administrativo pelo princípio do formalismo moderado, decorrência direta do princípio da eficiência administrativa. Pelo princípio do formalismo moderado, a formalidade não pode servir de óbice às finalidades do procedimento e ao agir administrativo. Desta forma, as formalidades no processo administrativo possuem como diretriz a garantia de que os atos obedeçam a legalidade e a segurança jurídica, produzindo atos estritamente necessários, com vistas a eficiência e celeridade do procedimento.

Quanto à alegação de cerceamento de defesa por ausência de dilação probatória, ante a inexistência de instrução processual, o que tornaria nulo o processo, o que ocasionaria o descumprimento dos artigos 23, 24, 27 e 36 da Lei nº 14.184/2002, são argumentos que também carecem de fundamento fático e jurídico.

Destaque-se que a oportunidade de apresentação de documentos probatórios, para fins da correta instrução processual, foi realizada por ocasião da defesa administrativa e oportunizados também em fase recursal, não sendo cabível a alegação de qualquer cerceamento de defesa, em razão da previsão expressa da possibilidade de produção de provas em cada uma destas fases, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 44.844/2008.

Frise-se, ainda, que a Lei nº 14.184/2002, a qual o recorrente afirma ter sido descumprida, não é aplicada ao caso vertente, tendo em vista a existência de normas específicas trazidas pelo Decreto Estadual nº 44.844/2008. A Lei nº 14.184/2002 apenas seria aplicável, de forma subsidiária, no caso do regramento específico não dispor de forma diversa. Dessa forma, são totalmente inoportunas as alegações do recorrente.

2.3. Alegação de incompetência e ausência de comprovação do convênio entre SEMAD e Polícia Militar

O recorrente alega incompetência do agente autuante, bem como questiona a comprovação referente ao convênio da SEMAD com a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, requerendo a juntada ao processo do documento pertinente. Neste sentido, é importante esclarecer ao recorrente que o referido convênio é público e pode ser encontrado entre os documentos oficiais do Estado com um simples mecanismo de busca na Imprensa Oficial do Estado, carecendo de veracidade a alegação de que apenas a Administração Pública possui a posse do referido convênio.

Apenas para o reforço contra a alegação de incompetência, frise-se que a competência fiscalizatória da Polícia Militar de Meio Ambiente, encontra-se determinada no Decreto nº 44844/2008:

“Art. 28. A SEMAD, a FEAM, o IEF e o IGAM poderão delegar à PMMG, mediante convênio, as competências de fiscalização previstas neste Decreto.

§ 1º Pelo só efeito da celebração do convênio a que se refere o caput, ficam credenciados os militares lotados na PMMG.”

Portanto, todos os militares lotados na Polícia Militar de Minas Gerais estão credenciados por meio do **convênio Nº 1371.01.04.01012** celebrado com a Secretaria de Estado de Meio



Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD, publicado no IOF em 05/04/2012 (anexo) e renovado em 26/04/2016, para exercer as competências de fiscalização e aplicação de sanções administrativas. Portanto, por estar incorporado na polícia militar, o agente autuante tem legitimidade para efetuar fiscalização, agindo nos limites da norma.

2.4. Notificação válida

Alega o recorrente a ausência de notificação válida, tendo em vista a inexistência de envio ao seu endereço, bem como o recebimento por terceiro, o que tornaria o processo nulo. No entanto, não possui razão o recorrente.

Cabe esclarecer, no entanto, que, ao contrário do alegado, o endereço para o qual foi encaminhado o Auto de Infração foi o endereço para *envio de correspondência* informado pelo próprio empreendedor no Formulário de Caracterização do Empreendimento – FCE, constante nos autos do processo de Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF nº 00176/2014.

Quanto ao envio dos Autos de Fiscalização e de Infração pelos correios, tal procedimento encontra respaldo no art. 30, § 2º do Decreto Estadual 44.844/2008, além do que, para produzir efeitos, a notificação por via postal independe do recebimento pessoal do interessado, bastando que a correspondência seja entregue no endereço por ele indicado e que o AR retorne ao órgão ambiental assinado para compor o processo administrativo, nos termos do art. 32, parágrafo único, do Decreto Estadual 44.844/2008.

Ademais, o protocolo de defesa dentro do prazo demonstra a sua inequívoca ciência quanto aos fatos e invalida qualquer tese de obstrução ao direito de defesa, restando demonstrado que o autuado foi devidamente notificado da lavratura do Auto de Infração em análise.

2.5. Do questionamento quanto a área objeto da infração e do requerimento de perícia

Afirma o recorrente que a área indicada no auto de infração como área plantada (800ha), com base nas fotos presentes no auto de fiscalização, não seriam capazes de delinear toda a extensão da área; assim, a constatação teria sido superficial. Requereu perícia para avaliação da área plantada. No entanto, é necessário realizar os seguintes esclarecimentos.

A Administração Pública, em obediência ao princípio da autotutela administrativa, tem o dever de averiguar toda e qualquer irregularidade que afronte a legislação ambiental. Verifica-se que, no presente caso, o agente autuante esteve no empreendimento e lavrou o Auto de Fiscalização nº 33366/2016 de forma pormenorizada, com todos os detalhes relativos à configuração da infração, estando plenamente regular o Auto de Infração nº 96396/2016.

Quanto à realização de perícia técnica, é imperioso esclarecer que o Decreto Estadual nº 44.844/2008, que estabelece os procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades no Estado de Minas Gerais, não prevê, além da vistoria *in loco*, a necessidade de realização de qualquer outro exame técnico para a constatação de infrações ambientais, sendo as mesmas verificadas durante a fiscalização no empreendimento e devidamente relatadas em Auto de Fiscalização específico. Vejamos:



“Art. 30. Realizada a fiscalização, será lavrado de imediato o auto de fiscalização ou boletim de ocorrência, registrando-se os fatos constatados e as informações prestadas, observadas as diretrizes do inciso III do art. 27.”

Portanto, a ausência de perícia técnica não é apta a eximir o recorrente das penalidades aplicadas, por falta de embasamento para tanto, sendo certo que o empreendimento foi fiscalizado pela equipe técnica desta Superintendência, que verificou, *in loco*, todas as questões ambientais inerentes ao empreendimento, e nem mesmo é capaz de eivar de qualquer vício o presente processo administrativo.

Razões pelas quais a argumentação apresentada pelo recorrente, não merece acolhimento.

2.6. Da irregularidade da AAF

Destaca o recorrente que o empreendimento possui AAF válida e que à época não havia plantio em todos os 800,00 ha informados no auto de infração. Requereu a manutenção da AAF para fins de regularidade ambiental do empreendimento. Notadamente, os argumentos do recorrente são insustentáveis. Vejamos:

Durante a fiscalização pela equipe do Núcleo Regional de Fiscalização Noroeste, foram verificadas *in loco* todas as questões ambientais inerentes ao empreendimento, e foi constatado que a área de culturas anuais era de aproximadamente 800 hectares, sendo, portanto, maior que a informada nos autos do processo de obtenção da Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF nº 00176/2014.

Além do que, em consulta ao Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM, verifica-se que o recorrente protocolou Formulário Integrado de Caracterização do Empreendimento – FCEI nesta Superintendência, em 20/06/2017, no qual informa que a área de culturas anuais no empreendimento Fazenda Santa Maria (antiga Fazenda Renovação) é de 853,7250 hectares, implantada desde o ano de 2013.

Portanto, restou comprovado que o empreendimento em questão está operando em total desacordo com a Deliberação Normativa nº 74/2004, uma vez que se trata de empreendimento classificado como Classe 3 (médio porte e médio potencial poluidor), sendo, portanto, passível de Licenciamento Ambiental, e não de Autorização Ambiental de Funcionamento, de acordo com o art. 1º da Deliberação Normativa mencionada.

Desta forma, certo é que ficou caracterizada a infração prevista no artigo 83, anexo I, código 106, do Decreto Estadual nº 44.844/2008, motivo pelo qual o referido Auto de Infração foi corretamente lavrado, de acordo com os preceitos do referido Decreto, e deve ser mantido em sua integralidade.

2.7. Da alegação de inexistência de dosimetria

O recorrente afirma a inexistência de dosimetria da penalidade aplicada, em razão de não terem sido observados os requisitos impostos pelo art. 6º da Lei nº 9.605/1998 e pelo Decreto nº 6.514/2008.

Quanto à aplicação do art. 6º, da Lei nº 9.605/1998, e os dispositivos do Decreto Federal nº 6.514/2008, certo é que, apesar da citada legislação estabelecer normas gerais sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, os procedimentos referentes à aplicação das penalidades por infrações



ambientais no Estado de Minas Gerais estão devidamente previstas em norma específica, no Decreto Estadual nº 44.844/2008.

No que tange aos antecedentes do infrator, não foi possível verificar a reincidência ao caso vertente, conforme item 10 do Auto de Infração em questão, motivo pelo qual a autuação foi realizada considerando os valores mínimos estabelecidos no art. 66, do Decreto nº 44.844/2008.

2.8. Das atenuantes das alíneas “e” e “f” do art. 68 do Decreto Estadual nº 44.844/2008

O recorrente requereu a aplicação de atenuantes previstas no art. 68 do Decreto Estadual nº 44.844/2008. Vejamos:

Não houve qualquer tipo de colaboração do recorrente com o órgão ambiental para solucionar problemas advindos de suas ações, sendo obrigação do recorrente não impedir os atos fiscalizatórios decorrentes do poder de polícia administrativa, razão pela qual não é considerada colaboração e, por consequência, um benefício o que é determinado como um dever do recorrente. Desta forma, não existe possibilidade da aplicação da atenuante da alínea “e”:

“e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até trinta por cento;”

Nem mesmo a atenuante de possuir reserva legal averbada e preservada, prevista na alínea “f”, pode ser aplicada no caso vertente, uma vez que o recorrente não comprovou a preservação, requisito cumulativo previsto na norma. Desta forma, não pode ser aplicada a atenuante prevista na alínea “f”:

“f) tratar-se de infração cometida por produtor rural em propriedade rural que possua reserva legal devidamente averbada e preservada hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até trinta por cento;”

Assim, não se vislumbra a possibilidade de aplicação de quaisquer das atenuantes relacionadas no art. 68, do Decreto nº 44.844/2008. Logo, não há que se falar em qualquer tipo de vício formal ou material na lavratura do Auto de Infração em apreço.

2.9. Da correta descrição do fato e da subsunção a legislação vigente

Afirma o recorrente que houve erro quanto à descrição da infração, pois há a indicação do texto normativo e não da infração, o que invalidaria o Auto de Infração. Sem razão o recorrente.

Pela clara literalidade do Auto de Infração em análise, o campo 6 possui a correta descrição da infração, incluindo as particularidades encontrada no empreendimento, e apenas no campo 8, está descrito o embasamento legal, consubstanciado na tipificação do artigo 83, anexo I, código 106 do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

Desta forma, não existe qualquer erro ou incompletude passível de gerar a anulação do auto de infração em análise, devendo ser mantida integralmente.

Ademais, vale mencionar que, dentre os Princípios da Administração Pública, está elencado o da Presunção de Legitimidade, segundo o qual todo ato emanado da Administração



Pública encontra-se inseparavelmente ligado à Lei, que lhe dá o necessário suporte de validade e ostenta a prerrogativa *iuris tantum* de fazer prevalecer a sua pretensão até prova em contrário, pois se supõe legais e verdadeiros os fatos alegados pela Administração Pública durante a execução de suas atividades administrativas.

Por se tratar de presunção relativa de legitimidade e, por conseguinte, admitir prova em contrário, o efeito prático de tal presunção é o de inverter o ônus da prova. Assim, o ônus de provar que não praticou a infração, constatada pelo órgão ambiental, compete ao Autuado. Neste diapasão, trazemos o seguinte ensinamento do renomado doutrinador e administrativista Edis Milaré:

“Em virtude desse atributo, o ônus da prova é carregado ao suposto infrator, a quem incumbe desconstituir o auto de infração, demonstrando estarem ausentes os pressupostos jurídicos da responsabilidade administrativa”. (MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente. Doutrina-Jurisprudência-Glossário - 3ª edição revista. São Paulo: RT, 2004. pág., 697.)

Portanto, conforme restou demonstrado, a lavratura dos Autos de Fiscalização e de Infração, bem como a aplicação das penalidades em análise, se deram em expresse acatamento às determinações do Decreto Estadual nº 44.844/2008.

3. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, considerando as argumentações apresentadas pelo recorrente e a ausência de fundamentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizar o respectivo Auto de Infração, remetemos os presentes autos à URC COPAM Noroeste de Minas, nos termos do art. 9º, “V”, “b” do Decreto Estadual nº 46.953/2016, sugerindo a **MANUTENÇÃO** das penalidades aplicadas.